

PARECER N.º 428/CITE/2021

1.1. A CITE recebeu em 05.08.2021, da entidade empregadora ..., um pedido de emissão de parecer prévio à recusa de prestação de trabalho em regime de horário flexível, pelo pedido solicitado pela trabalhadora com responsabilidades familiares ... a exercer funções no ... da entidade empregadora supra identificada, nos termos do artigo 56º do Código do Trabalho.

1.2. Por carta recebida pela entidade empregadora em 22.06.2021, a trabalhadora apresentou o pedido de prestação de trabalho em regime de trabalho em horário flexível, indicando que lhe fosse atribuído um horário compreendido entre as 08h e as 17h00 durante os dias da semana e turnos aos fins-de-semana desde que não coincidentes com os turnos do marido, porquanto é mãe de 2 crianças nascidas em 22.10.2011 e 21.08.2016 respetivamente, que consigo vivem em comunhão de mesa e habitação. Mais solicitou que o horário durasse até ao seu filho mais novo atingir os 12 anos de idade.

1.3. Na sequência deste pedido, a trabalhadora foi notificada da intenção de recusa¹ em 12.07.2021.

1.4. Nos termos do n.º 4 do artigo 57.º do Código do Trabalho, o/a trabalhador/a que pretenda apresentar apreciação à intenção de recusa, terá de o fazer no prazo de 5 dias após a receção da mesma, prazo esse que, no caso concreto, terminou no dia 19.07.2021.

1.5. Dispõe o n.º 5 do artigo 57.º do Código do Trabalho que, nos 5 dias subsequentes ao fim do prazo para apreciação pelo/a trabalhador/a (no caso, até 26.07.2021), o empregador deve remeter o processo para a CITE, com cópia do pedido, do fundamento da intenção de o recusar e da apreciação da trabalhadora.

1.6. Em 05.08.2021, a CITE recebeu por correio registado, o processo de pedido de prestação de trabalho em regime de horário flexível, realizado pela trabalhadora com responsabilidades familiares.

¹ Considera-se que existe uma intenção de recusa sempre que o empregador não aceita na íntegra o pedido apresentado pelo/a trabalhador/a.

1.7. Face ao exposto, analisada a documentação junta ao processo, verifica-se que o pedido da trabalhadora, datado de 21.06.2021, contém todos os elementos legalmente exigidos, pelo que a entidade empregadora nos termos do n.º 5 do Código do Trabalho, deveria ter remetido o processo para a CITE até 26.07.2021, só o fez em 04.08.2021.

1.8. A alínea c) do n.º 8 do artigo 57.º Código do Trabalho determina que, no caso de o empregador não submeter a decisão dentro do prazo previsto no n.º 5, considera-se que aceitou o pedido do trabalhador nos seus precisos termos.

1.9. Face ao exposto, a CITE emite parecer desfavorável à recusa da entidade empregadora ..., relativo ao pedido de trabalho em regime de horário flexível, apresentado pela trabalhadora com responsabilidades familiares ..., uma vez que o pedido se considera aceite nos seus precisos termos.

APROVADO POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS PRESENTES NA REUNIÃO DA CITE DE 01 DE SETEMBRO DE 2021, CONFORME CONSTA DA RESPETIVA ATA NA QUAL SE VERIFICA A EXISTÊNCIA DE QUORUM CONFORME LISTA DE PRESENÇAS ANEXA À MESMA ATA.